

EU environmental law and the internal market

Nicolas de Sadeleer

Oxford University Press, Oxford, 2014, 499 páginas

O livro *EU environmental Law and the Internal Market* é mais uma obra marcante de Nicolas de Sadeleer. Depois de obras incontornáveis sobre direito dos resíduos¹, princípios fundamentais de direito ambiental² e direito da biodiversidade³, o mais recente trabalho do Professor da Université Saint-Louis de Bruxelas situa-se numa confluência temática de enorme complexidade: o direito do ambiente e o direito do mercado interno. O objectivo é estudar os desafios que as exigências ambientais põem ao mercado comum Europeu e a definição dos limites ambientais às actividades económicas. Este objectivo ambicioso implicou um estudo minucioso das condições ambientais que colidem, de uma forma ou de outra, com as liberdades comerciais. A proibição de determinados aditivos nos produtos petrolíferos, a limitação de substâncias que empobrecem a camada do ozono, a redução das emissões de óxido nitroso dos transportes rodoviários, a gestão integrada de resíduos; a gestão participada das águas europeias, são apenas alguns dos progressos resultantes do comprometimento ambiental da União Europeia. Estes, e muitos outros exemplos concretos de potenciais conflitos entre ambiente e desenvolvimento económico são escrutinados e explicados ao longo de 473 páginas de texto pelo mais ilustre discípulo de François Ost.

A primeira parte de *EU environmental Law and the Internal Market* é um verdadeiro tratado de direito ambiental, e só por isso já merecia ser lido. São 227 páginas de direito europeu do ambiente analisado à exaustão. Os tópicos essenciais são os objectivos, os princípios e os critérios da política europeia do ambiente, o direito ao ambiente nos tratados e na carta dos direitos fundamentais, as competências, os poderes e as bases jurídicas em matéria ambiental bem como uma visão do direito secundário.

A segunda parte (158 páginas) desenvolve com idêntica profundidade as disposições europeias sobre liberdade de circulação de mercadorias, de serviços e direito de estabelecimento. A exposição é particularmente cuidadosa quanto à circulação de mercadorias, percorrendo temas-chave como a proibição de direitos aduaneiros e encargos de efeito equivalente, a tributação interna discriminatória, a proibição de restrições quantitativas e medidas com efeito equivalente, as situações excepcionais em que as limitações à liberdade de circulação de mercadorias são admissíveis, a proporcionalidade das limitações, a dimensão extraterritorial das excepções, e os controlos preventivos das regras técnicas nacionais.

A terceira e última parte, sobre direito da concorrência e ambiente, dissecou em 83 páginas os meandros dos acordos entre empresas, das decisões de associações de empresas, das práticas concertadas, dos abusos de posição dominante e dos auxílios de Estado.

¹ *Le Droit Communautaire et les Déchets*, Bruylant, Bruxelles, 1995.

² *Les Principes du Pollueur-Payeur, de Prévention et de Précaution*, Bruylant, Bruxelles, 1999; *Environmental Principles: from Political Slogans to Legal Rules*, Oxford University Press, Oxford, 2005.

³ *Droit International et Communautaire de la Biodiversité* (en collaboration avec Charles-Hubert Born), Dalloz, Paris 2004.

Situando-se entre o direito internacional e direito da União, com referências a praticamente todas as políticas europeias, a obra representa reflexão aprofundada sobre o sentido da protecção ambiental na União Europeia, sabendo que as políticas ambientais têm inegáveis impactes culturais, sociais e económicos e ainda que as questões ambientais estão intimamente relacionadas com outros interesses inegociáveis como preocupações relativas à protecção da saúde e aos interesses dos consumidores.

No plano formal, a profusão e detalhe dos índices permite-nos confirmar o valor desta obra de referência. Além do índice geral da obra e de um índice ideográfico, o compêndio inclui ainda uma relação de mais 700 decisões judiciais de órgãos jurisdicionais nacionais⁴ e internacionais⁵ citadas no texto, uma lista de legislação⁶ utilizada e, por fim, um índice de mais de 20 tabelas produzidas pelo Autor ao longo do texto (tabelas de disposições transversais, de normas exigindo nível elevado de protecção, de agências europeias com competências ambientais, de tipos de standards ambientais, entre muitas outras).

Digno de nota é o facto de, apesar da sua monumentalidade, não se tratar de uma abordagem teórica. Bem pelo contrário, a escrita de *EU environmental Law and the Internal Market* é particularmente pragmática e procura responder a interrogações muito concretas. Poderão as autoridades nacionais criar ou manter regimes especiais de autorização para certas atividades, adotar listas positivas de produtos perigosos proibidos, sujeitar a controlos produtos perigosos, limitar a importação de produtos, aplicar taxas ambientais ou celebrar acordos com privados?

Estas, e muitas outras questões, encontram respostas claras e diretas neste imenso manual de referência de Direito Europeu do Ambiente que confirma o estatuto maior de Nicolas de Sadeleer no pódio dos especialistas mundiais de direito do ambiente.

Alexandra Aragão

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

⁴ Tribunais Belgas, Franceses, Holandeses, Britânicos e Americanos.

⁵ Casos do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância da União Europeia, do Tribunal Internacional de Justiça, do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, da Associação Europeia de Comércio Livre, da Organização Mundial de Comércio e ainda tribunais arbitrais.

⁶ Convenções internacionais, instrumentos internacionais não vinculativos, tratados europeus, decisões, directivas, regulamentos, resoluções, recomendações e outros atos não vinculativos.